Breve Histórico da Câmara Municipal dos Barreiros – PE

Durante a Revolução de 1930, os Poderes Legislativos foram suspensos, incluindo as câmaras municipais. Essas só retornaram com as eleições de 1º de março de 1936, mas foram novamente fechadas após o Golpe de 1937, liderado por Getúlio Vargas, que dissolveu o Congresso Nacional e os partidos políticos.

A normalização democrática só se deu com o fim do Estado Novo, em 29 de outubro de 1945, e a promulgação da Constituição de 1946.

Em 26 de novembro de 1947, ocorreram as eleições municipais em Barreiros. A 1ª Legislatura da Câmara Municipal foi instalada em 9 de dezembro de 1947, em sessão solene no Salão Nobre da Cooperativa Agro-Agropecuária.

Primeira Mesa Diretora

Presidente: Jaime Sampaio de Vasconcelos

1º Secretário: João Ramos Rocha

2º Secretário: José Gonçalves Braga

No ano de 1972, o Poder Legislativo municipal homenageou postumamente Nilo Morais, denominando a sede da Câmara Municipal de Barreiros com seu nome — um tributo à sua memória e à grandeza de seu exemplo cívico e humano.

Atualmente, a Câmara Municipal dos Barreiros está sediada na Praça Barão de Gindaí e é composta por 13 vereadores, atuando na 20ª Legislatura (1947–2025). As sessões ordinárias ocorrem às terças-feiras, às 19h.

Funções da Câmara Municipal

Função Legislativa: Elabora leis municipais.

Função Fiscalizadora: Controla os atos do Executivo e dos agentes públicos.

Função Julgadora: Julga o prefeito, vice e vereadores em casos de cassação.

Função de Assessoramento: Propõe medidas ao Executivo.

Função Administrativa: Gerencia os serviços internos da Câmara.

Estrutura Administrativa

- **Plenário** – Órgão máximo de deliberação
- **Mesa Diretora** – Dirige e representa a Câmara
- **Comissões Permanentes e Temporárias** – Avaliam projetos, emitem pareceres e realizam estudos
- **Secretaria, Contabilidade, Tesouraria e Controle Interno** – Apoiam tecnicamente e gerem os recursos da Casa Legislativa.

Atribuições dos Vereadores

O termo "vereador" vem de "verear", ou seja, zelar, vigiar e cuidar da população. Com mandato de quatro anos, suas principais atribuições incluem:

- Legislar sobre assuntos de interesse local;
- Atuar na área tributária e orçamentária (PPA, LDO, LOA);
- Aprovar o Plano Diretor e leis urbanísticas;
- Fiscalizar os atos do Poder Executivo;
- Dar posse, aprovar licenças e julgar mandatos do prefeito e vice;
- Convocar gestores para esclarecimentos;
- Criar comissões de inquérito;
- Conceder títulos e reconhecimentos oficiais.